

Sumário

| | |
|--|----|
| Apresentação | 9 |
| Capítulo I - Teoria Geral | |
| MARCOS VINICIUS NEDER - Aspectos Formais e Materiais no Direito Probatório | |
| 1. Introdução. 2. O que se entende por prova no Direito Tributário? 3. Qual é o objeto da prova? 4. De quem é o ônus da prova? 5. Qual é o procedimento probatório instituído pelo Direito? 6. Quais os meios de prova admitidos pelo Direito? 7. Como se dá a valoração da prova pelo julgador? 8. Quem é o destinatário das provas no processo? 9. Conclusão. | 13 |
| MARIA TERESA MARTÍNEZ LÓPEZ e MARCELA CHEFFER BIANCHINI - Aspectos Polêmicos sobre o Momento de Apresentação da Prova no Processo Administrativo Fiscal Federal | |
| I. Introdução. II. Do processo administrativo fiscal federal. III. Do prazo do Decreto nº 70.235, de 1972. IV. Do prazo da Lei nº 9.784, de 1999. V. Do prazo segundo a Portaria nº 55/98. VI. Da jurisprudência do Carf. VII. Conclusões. | 34 |
| EURICO MARCOS DINIZ DE SANTI - Fundamento Jurídico Constitucional do Direito à Prova, as Obrigações Acessórias e o Sigilo Bancário | |
| 1. Introdução: "sigilo bancário à brasileira"! 2. É injustificada a generalização do medo da transferência do sigilo bancário. 3. O receio do uso ilícito da competência administrativa de transferência do sigilo (quebra do sigilo) pretendendo justificar o exercício absoluto e abusivo dos direitos à intimidade e à vida privada. 4. Desconhecimento dos termos da LC 105 e sua regulamentação: sem tributos, não há Estado; sem Estado, não há propriedade; sem propriedade, para que serve o sigilo bancário? 5. Legalidade como instrumento da igualdade (<i>caput</i> do artigo 5º modulando seus incisos X, XII e LV) que se impõe ao sigilo bancário em face da necessidade da prova, motivação do ato de lançamento, que realiza e concretiza a legalidade. 6. Conclusões. | 52 |
| ALESSANDRA MACHADO BRANDÃO TEIXEIRA - O artigo 136 do CTN e a Possibilidade de Redução das Multas Tributárias | |
| 1. Introdução. 2. Uma breve anotação sobre a questão da verdade na produção da prova no Direito em geral. 3. A responsabilidade tributária: o artigo 136 do CTN. 4. Conceito de dolo e de culpa. 5. A prova do dolo e da culpa, com fundamento na base empírica. 6. A prova dos elementos que dispensam a penalidade com fundamento na base empírica (STF e STJ). 7. Conclusões. | 79 |
| Capítulo II - A Prova e as Presunções | |
| MARIA RITA FERRAGUT - Presunções: Meio de Prova do Fato Gerador? | |

1. Introdução. 2. Definição. 3. As presunções legais e as provas. 4. Espécies de presunção legal. 5. Presunções: uma abordagem prática de casos relevantes. 6. Conclusões.

111

MARIA REGINA GODINHO DE CARVALHO e SONIA MARIA COUTINHO DE LUNA FREIRE - A Interposição Fraudulenta no Comércio Exterior

Introdução. 1. Antecedentes. 2. A legislação. 3. A interposição fraudulenta. 4. A operacionalidade e a legislação infralegal. 5. A importação por conta e ordem. 6. Os indícios. A presunção legal. As provas fiscais na interposição fraudulenta. 7. A jurisprudência. 8. Efeitos administrativos, tributários e penais da interposição fraudulenta. 9. Da retroatividade do artigo 33 da Lei nº 11.488/2007, na cessão do nome. 10. Conclusões.

139

LUIZ ANTONIO ARTHUSO e EDMUNDO RONDINELLI SPOLZINO - Meios de Prova no Lançamento a partir de Movimentação Financeira

1. Introdução. 2. Contexto da fiscalização com base em movimentação financeira. 3. Aspectos fundamentais da fiscalização com base em movimentação financeira. 4. Conclusão.

156

LEONARDO DE MENEZES CURTY - A Extensão do Fato Indiciário Relativo à Presunção de Omissão de Receitas Decorrente de Depósitos Bancários Promovida pelos Tribunais Regionais Federais e pelo Superior Tribunal de Justiça

1. Introdução. 2. Histórico/problema. 3. Relação entre prova e verdade. 4. Presunções. 5. A estrutura da presunção no enunciado do art. 42 da Lei 9.430/96. 6. A posição do Judiciário quanto à prova da presunção de omissão de receitas com base em depósitos bancários. 7. Conclusões.

176

Capítulo III - Prova e Gestão Fiscal

MARCO AURÉLIO GRECO - A Prova no Planejamento Tributário

1 - Introdução. 2 - Aspectos fundamentais. 3 - Cinco pontos relevantes. 4 - Por onde caminhar? 5 - Conclusão.

191

SAMUEL CARVALHO GAUDÊNCIO - O Planejamento Tributário e a Prova na Requalificação dos Fatos Ilegais

1. Introdução. 2. Precedentes jurisprudenciais do Carf. 3. Planejamento tributário e elisão fiscal. 4. Evasão fiscal. 5. Elementos necessários ao estudo da elisão e da evasão fiscal. 6. O ônus da prova na desconstituição do fato elisivo e na sua transformação em fato ilegal. 7. Conclusões.

206

NATANAEL MARTINS - A Figura do Ágio nas Operações de Planejamento Tributário: a Prova de sua Licitude na Jurisprudência Administrativa

Introdução. 1. A figura do ágio pago na aquisição ou subscrição de participações societárias na legislação comercial e na Contabilidade. 2. A reserva de ágio derivada da subscrição de participações societárias. 3. O ágio

na jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Conclusões.

241

MARCELO MAGALHÃES PEIXOTO - A Prova Necessária ao Registro de Despesas na Apuração do IRPJ

1. Introdução. 2. Distinção entre custo e despesas. 3. Despesas necessárias, normais e usuais. 4. Diferença entre despesa e provisão. 5. Despesas operacionais indedutíveis. 6. Despesas e encargos operacionais subordinados a condições específicas para dedutibilidade. 7. Conceito de despesa indedutível. 8. Considerações sobre outras despesas indedutíveis e a jurisprudência do Conselho de Contribuintes. 9. Características das despesas dedutíveis. 10. Conclusões.

262

LAVINIA MORAES DE ALMEIDA NOGUEIRA JUNQUEIRA - Como se verifica na Jurisprudência Administrativa o *Hedge* para Fins Tributários?

1. Introdução. 2. Conceito de *hedge* de acordo com a Câmara Superior de Recursos Fiscais. 3. A caracterização do *hedge* internacional conforme acórdãos do Primeiro Conselho de Contribuintes. 4. A caracterização do *hedge*, principalmente local, conforme acórdãos do Primeiro Conselho de Contribuintes. 5. Conclusões.

289

Capítulo IV - A Prova da Fraude

KAREM JUREIDINI DIAS - A Prova da Fraude

I - Introdução. II - A prova no Processo Administrativo Fiscal Federal. III - O lançamento tributário e a imposição de penalidade. IV - Análise de casos. V - Conclusões.

310

CELIA MARIA DE SOUZA MURPHY - O Arbitramento "Condicional" - Provas e Direito de Defesa

1. Introdução. 2. Estudo de casos. 3. Provas, presunções e lançamento. 4. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. 5. O lucro arbitrado. 6. O arbitramento "condicional". 7. Conclusões.

338

MARCELO DE OLIVEIRA MAGALHÃES WANDERLEY - Aspectos Probatórios Relacionados à Multa Isolada Qualificada Decorrente de Compensação Indevida

1 - Introdução. 2 - Histórico da multa isolada por compensação indevida. 3 - O conceito de fraude. 4 - A declaração de compensação e a constituição do crédito tributário. 5 - Requisitos de admissibilidade da fraude fiscal nas compensações indevidas. 6 - Comprovação da fraude na jurisprudência administrativa. 7 - Conclusões.

362

Capítulo V - A Prova e o ISS

ALBERTO MACEDO - ISS - Prova e Procedimentos na Fiscalização de Estabelecimentos de Fora do Município

1. Introdução. 2. Premissas - critério espacial do ISS. 3. Lei nº 14.042/2005 - respeito ao instituto do elemento de conexão - *jurisdiction to enforce*.

4. A necessidade de existência, ou indício de existência, de estabelecimento no Município de São Paulo para legitimar o início da atividade de fiscalização. 5. Prova e presunção na jurisprudência do CMT-SP. 6. Conclusões. 396

FLÁVIO COUTO BERNARDES - A Prova e o Princípio da Verdade Material na Aplicação da Norma Jurídica Tributária: o Estabelecimento Prestador e a Materialidade do Fato Gerador na Incidência do Imposto sobre Serviços

1 - Introdução. 2 - Sistema tributário brasileiro e a função das leis complementares. 3 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. 4 - O estabelecimento prestador e a sujeição ativa da obrigação tributária. 5 - Prova e o lançamento do imposto. 6 - Prova no procedimento tributário administrativo. 7 - Princípio da verdade material. 8 - Ônus da prova. 9 - Prova no imposto incidente sobre os serviços: o estabelecimento prestador e a materialidade do fato gerador. 10 - Conclusões. 415

SATIE KIMURA - O Arbitramento da Base de Cálculo do ISS - Análise dos Requisitos de Admissibilidade e Provas no Conselho Municipal de Tributos de São Paulo

1. Introdução. 2. Objetivo. 3. O arbitramento e sua base legal. 4. Metodologia de pesquisa. 5. Análise das decisões paradigmáticas do CMT-SP. 6. Análise de decisões do judiciário. 7. Conclusões. 445

Capítulo VI - Prova e Responsabilidade Tributária do Administrador

ANDRÉA MEDRADO DARZÉ - O “Ônus” da Prova do Fato da Responsabilidade Tributária e o Atual Posicionamento do Superior Tribunal de Justiça: Enfoque nas Hipóteses em que o Nome do Responsável é Incluído na Certidão da Dívida Ativa sem Lastro em Prévio Ato de Constituição Contra a sua Pessoa

1. Introdução. 2. Responsável tributário é espécie de sujeito passivo. 3. Definição do conceito de responsabilidade tributária. 4. A prova do evento tributário e do evento da responsabilidade como pressupostos de validade da norma que constitui o crédito tributário em face de terceiros. 5. O atual posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre o “ônus” da prova do fato que implica a responsabilidade tributária. 6. Conclusões. 489

JULIANA FURTADO COSTA ARAUJO - Os Meios de Prova para a Caracterização da Dissolução Irregular de Sociedades com Fins de Responsabilização de seus Representantes Legais: Críticas à Jurisprudência do STJ

1. Introdução. 2. A dissolução irregular como ato ilícito para fins de caracterização da responsabilidade de representantes de pessoa jurídica, nos termos do artigo 135 do CTN. 3. Momento da realização da prova da dissolução irregular. 4. Meios de prova a serem produzidos pelo credor para fins de comprovação da dissolução irregular. 5. Posição jurisprudencial. 6. Problemas relacionados à eleição da certidão do oficial de justiça como único meio de prova da dissolução irregular. 7. Conclusões. 513